

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA AUTÓDROMO COMO ORGANIZAÇÃO DE RESISTÊNCIA ÀS REMOÇÕES NA COMUNIDADE

GABRIELA IZABEL DE ALVARENGA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

gabriela.i.alvarenga@gmail.com

LEONARDO VASCONCELOS CAVALIER DARBILLY

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

leonardo.darbilly1@gmail.com

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA AUTÓDROMO COMO ORGANIZAÇÃO DE RESISTÊNCIA ÀS REMOÇÕES NA COMUNIDADE

1 INTRODUÇÃO

A história da cidade do Rio de Janeiro é marcada por diversas fases de políticas remocionistas que oscilam em quantidade e estratégias. De forma sintética, é possível citar alguns desses momentos. Em 1808, com a chegada da Família Real (GOMES, 2007); em 1903, com as reformas de Pereira Passos (ABREU, 2013); no 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922, com as obras do prefeito Carlos Sampaio (ABREU, 2013); na ditadura militar (BRUM, 2013); a partir da década de 1980 com a expansão da Zona Oeste (BRUM, 2013) e nas primeiras décadas dos anos 2000 devido a chegada dos Grandes Eventos à cidade (JUSTINO, 2016).

Ao analisarem esses momentos, os autores apresentam uma característica comum: quando houve a valorização de uma região da cidade, ocorreu a retirada das camadas mais pobres por meio de estratégias remocionistas. Na prática, o que se deu na Administração Pública da cidade é a predileção por políticas que favoreçam ao “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996), ou seja, são feitas parcerias público-privadas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico por meio de empreendimentos imobiliários especulativos, em detrimento da melhoria das condições de vida e de trabalho da população local. A naturalização dessas políticas é feita por meio do discurso do *management*, que impõe como conceitos fundamentais a eficácia, a eficiência e a maximização de resultados (ALCADIPANI; ROSA, 2011) em detrimento do interesse coletivo.

Mas, apesar de sua aparente totalidade, permanece aberta a luta para a desnaturalização desse discurso em suas diversas esferas. Luta essa que pode se dá por meio de processos de resistência que possibilitam o surgimento organizações contra-hegemônicas (SULLIVAN; SPICER; BÖHM, 2011). Essas organizações podem nascer partir da insatisfação dos oprimidos que quando se conscientizam dessa insatisfação, que chegou ao ponto de ser intolerável para eles, fazem emergir a consciência coletiva crítica (DUSSEL, 2007). A insatisfação pode se dá com algo que esteja estabelecido legalmente, dessa forma, os oprimidos se organizem em busca da transformação da ordem, descobrindo novos direitos pelos quais irão lutar para que sejam reconhecidos (DUSSEL, 2007).

Trazendo essa perspectiva para o cenário histórico de remoções na cidade do Rio de Janeiro, sabe-se que essas desapropriações podem se dá por meio de instrumentos legais, que como visto, não são isentos de contestação. Dessa forma, a insatisfação dos moradores de uma comunidade denominada Vila Autódromo com as constantes ameaças de remoções do executivo municipal, gerou a luta da Associação de Moradores da comunidade.

A Vila Autódromo, comunidade localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, passou a ser o centro das atenções de grandes construtoras e especuladores, inicialmente, devido ao processo de expansão da cidade e, posteriormente, devido aos Grandes Eventos (FREIRE, 2013). O Parque Olímpico, principal arena das competições durante os Jogos Rio 2016, seria construído no espaço que dava lugar a comunidade. Com isso, os moradores da Vila Autódromo passaram a sofrer com a possibilidade de serem removidos de suas casas. Contrária às remoções, a Associação de Moradores da comunidade atuou de forma organizada para que fossem desenvolvidas ações de resistência.

Defende-se neste trabalho que não há praticamente nenhuma área da vida individual ou coletiva do indivíduo que esteja isenta das relações capitalistas. E que não há desconexão entre

uma sociedade que foi de produção para a atual sociedade de consumo, pois o consumo inexistente sem produção, que inexistente sem trabalho (CUNHA, FERRAZ, 2015). Assim, o capitalismo permanece como categoria fundamental, pois leva à origem da compreensão de diversas problemáticas envolvendo as contradições sociais. Dessa forma, partilha-se do argumento que as diferentes versões do marxismo contribuem para se pensar questões práticas acerca da emancipação humana dentro dos estudos organizacionais (CUNHA, FERRAZ, 2015).

Dessa forma, ao tratar sobre uma prática organizativa não gerencial, esse estudo adota como definição de contexto o capitalismo e não a modernidade (MISOCZKY, 2010). Isso pelo fato de que o capitalismo é uma forma histórica que vive em torno do mercado, que é o centro da sociedade capitalista. Assim, nesta lógica, entender o mercado é entender a sociedade. Com isso, pensar na modernidade como categoria é acobertar as imposições das operações fundamentais para a reprodução dessa lógica (MISOCZKY, 2010).

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Com o intuito de explorar esses processos de organização de resistência e das lutas sociais que tendem a ser ignorados pelo discurso organizacional contemporâneo (MISOCZKY, FLORES, BÖHM, 2008), este estudo tem como objetivo compreender como a Associação de Moradores da Vila Autódromo atuou enquanto organização de resistência às remoções na comunidade.

Este estudo é favorável à desnaturalização do discurso do *management* nas teorias da Administração por meio da busca das raízes históricas das ideias que defendem. Dessa forma, intenta-se contribuir para os diálogos envolvendo essa questão por meio da apresentação de uma organização com um sentido diferente do significado criado por esse discurso. A partir disso, questiona-se: Como a Associação de Moradores da Vila Autódromo atuou enquanto organização de resistência às remoções na comunidade?

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve contextualização sobre as remoções na comunidade Vila Autódromo

A partir da preparação dos Jogos Pan-Americanos 2007, em que há a preparação da cidade para os grandes eventos, a questão das remoções tornou-se ainda mais presente na cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões da Baixada de Jacarepaguá, onde se localizam os bairros da Barra da Tijuca e Recreio.

Durante a gestão de Eduardo Paes muitas pessoas tiveram que sair de suas casas. De acordo com informações de agosto de 2015 do jornal El País, trata-se do período histórico com o maior número absoluto de remoções na cidade, ultrapassando o governo de Pereira Passos (1902-1906; 20.000 remoções), que sempre foi um dos principais representantes dessa política (BETIM, 2015). Na metade do segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (PMDB), a cifra de pessoas removidas já ultrapassava os 70.000 (BETIM, 2015).

No caso da comunidade Vila Autódromo, em outubro de 2011, o então secretário de Habitação do município esteve na comunidade, informando que a remoção seria necessária por exigência do Comitê Olímpico Internacional, para possibilitar a construção de instalações esportivas do Parque Olímpico (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015). A Prefeitura iniciou, então, o cadastramento dos moradores, com a proposta de pagamento de aluguel social até que fosse construído um novo local para que os

moradores residissem, porém, os moradores não aceitaram e, por meio da resistência, o cadastramento foi interrompido (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015). Em novembro de 2011 o executivo municipal lançou um edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento de uma parceria público-privada (PPP) para construir o Parque Olímpico. Entretanto, a Defensoria Pública do Estado alegou que a comunidade não precisaria ser removida em função do Parque Olímpico, mas sim para as obras do BRT Transcarioca e Transolímpica, sendo que o Relatório Ambiental Simplificado do BRT Transcarioca apresentou que a via não passa nas mediações da Vila Autódromo (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Assim, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), juntamente com pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo, demonstrando que a urbanização integrada ao Parque Olímpico era possível com qualidade urbana e habitacional e com custo inferior à remoção. Então, em agosto de 2012, o então prefeito, Eduardo Paes, em audiência com moradores, comprometeu-se a realizar uma avaliação do plano e a responder em 45 dias. Entretanto, o retorno, dado em fevereiro de 2013, foi o de que a remoção era necessária para construir um centro de mídia, estacionamento e instalações provisórias do Parque Olímpico. E, em 2014, as primeiras casas começaram a ser demolidas, foram realizadas demolições irregulares, escombros que demoraram a ser retirados, além de danos na rede elétrica e de água (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015). E, no dia 24 de fevereiro de 2016, o prédio da Associação de Moradores da Vila Autódromo foi demolido após uma ordem de desapropriação ter sido emitida (TALBOT, ROBERTSON, 2016).

3.2 Organizações como meio de resistência

O início histórico dos estudos organizacionais está vinculado a um conjunto de trabalhos que se tornaram mais expressivos na segunda metade do século XIX. Estes trabalhos antecipavam a importância de se manter a ordem para alcançar o progresso, em vistas a promoção da produtividade (REED, 1999; TENÓRIO, 2016). É importante deixar claro que se acredita não haver versão contada sobre a história que seja neutra em relação ao que ocorreu no passado, pois qualquer processo de construção baseia-se em interpretações que podem ser refutadas (REED, 1999).

Posto isto, de acordo com Wolin (2004, p.326) os estudiosos de estudos organizacionais enxergavam a sociedade como sendo uma “construção utilitária de atividades integradas”, na qual o símbolo era o poder, diferente da comunidade que tinha a fraternidade como símbolo. A intenção era a de controlar por meio da ordem. Com esse raciocínio, os seres humanos tendem a ser menos questionadores quanto à lógica dominante das elites, aceitando mais facilmente a situação em que se encontram como forma de evitar o conflito, conferindo à vitória ao conhecimento técnico e racional sob a emoção. Dessa maneira, esse modelo embebeu sobremaneira o campo dos estudos organizacionais ao ponto de buscar naturalizar o que deveria ser ideológico.

Apesar de o primeiro esboço do que se chama, hoje, de *Management* ter sido traçado - como visto anteriormente - na metade do século XIX como resultado da organização social provocada pela Revolução Industrial, foi com a Guerra Fria, que durou do final da II Guerra

Mundial até o colapso da URSS, em 1991, que houve a consolidação do pensamento do *management* (ALCADIPANI; BERTERO, 2012). Pensamento que estabeleceu diversas teorias, como a Teoria das Relações Humanas e a Teoria dos Sistemas, que abarcam as características históricas descritas anteriormente. O *management* surge nos Estados Unidos e impõe como conceitos fundamentais a eficácia, a eficiência e a maximização de resultados (ALCADIPANI; ROSA, 2011).

No contexto atual, o discurso do *management* continua hegemônico nos Estudos Organizacionais. Porém, considerando a premissa apresentada por Clegg e Hardy (1999) de que as organizações são objetos empíricos, sendo possível visualizá-las com olhares diversos, buscase, neste estudo, superar a maneira usual como são vistas. Ou seja, acredita-se que este conceito vá além do de coordenação racional de atividades de um grupo de pessoas que persegue metas ou objetivos formais, tendo então, sua concepção reduzida a empresas (SOLÉ, 2003). Julga-se que perseguem um caminho mais profundo que o sentido de organizar comumente encontrado nos dicionários. Já que, de acordo com o dicionário Priberam (2016) o primeiro deles refere-se a constituir em organismo, e na sequencia aparecem: formar (seres organizados), dispor; pôr em ordem, constituir, tomar forma regular. A primeira referência associa-se claramente a ideia da teoria de sistemas e todo o aparato ideológico contido na mesma. Solé (2003) questiona se uma organização não poderia ser desordenada e ao mesmo tempo existir como tal. Assim, neste estudo, será adotada a definição apontada por Misoczky (2010) em que organizar não é sinônimo de organizar do modo burocrático, este seria o modo de organizar sinônimo de prática gerencial, a organização aqui será vista “como um meio para a emancipação, como atividade em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo.” (MISOCZKY, 2010, p.39).

As críticas as teoria administrativas hegemônicas que preconizam o conceito empresarial de organização já estão sendo feitas há anos no Brasil, sendo apontadas como ideológicas (TRATENBERG, 1980) e ingênuas (GUERREIRO RAMOS, 1989). Nos últimos anos, esta dimensão tem-se ampliado. Temas, métodos e perspectivas tornaram-se mais vastos, assim alguns autores já realizam classificações dos estudos organizacionais críticos (KOPELKE; BOEIRA, 2016). É possível associar este aumento de interesse a alguns fatores. Um deles é a tentativa do estímulo de pesquisas no campo da cultura e dos estudos organizacionais. Outro seria o lançamento da edição brasileira do supracitado *Handbook of Organization Studies* (CLEGG; HARDY; NORD, 1999) que comprova o esforço ao ultrapassar o sentido de mera tradução, incluindo notas técnicas de autores nacionais. Também pode ser considerado, o crescimento da área de Organizações nos últimos encontros da Anpad (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração), além da criação do Eneo (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais) em 2000 (PAULA, 2001).

Entretanto, Misoczky (2010) aponta que o tema organizações de resistência e luta social ainda tem sido pouco presente nos Estudos Organizacionais. Sendo assim, constata-se que ainda há pouca resposta às práticas alternativas de organizar que representem a verdadeira ruptura ao modelo hegemônico de organização que envolve a concepção de organização baseada em um enfoque sistêmico formalmente estruturado (MISOCZKY, 2010).

Contrária a essa forma, seria a organização capaz de transformar a potência do povo em poder, atuando como meio para a emancipação. Local em que os participantes compreendem e cumprem o que for de sua responsabilidade em prol de um consenso (MISOCZKY, 2010). Esta organização que então passa a ser um “espaço para a aprendizagem” (MISOCZKY, 2010, p. 40),

tem integrantes marcados pelo resultado de suas próprias ações, estes seres, por atuarem, transformam e transformando concebem uma nova realidade (FREIRE, 1979).

As ações em prol do consenso podem ser feitas por meio da criação de funções heterogêneas diferenciadas. Para ilustrar, Dussel (2007) faz um comparativo com a caça na era paleolítica, em que um dos homens preparava as armas, o outro o terreno, o outro dava o grito para atacar, outro atacava, outro pegava a presa, outro efetuava a distribuição, e, no fim, todos conseguiam saciar sua fome para sobreviver. Dussel (2007) constata que para que seja construída uma contra-hegemonia, é preciso que o povo, por meio dos movimentos populares, construa o poder em baixo, e não somente de baixo, assim, a práxis da libertação acaba sendo a própria construção (DUSSEL, 2007). Com isso, sobressai-se a importância de uma ampla participação popular, pois, desta forma, mais funções serão preenchidas. Segundo Dussel (2007, p.116):

O poder do povo (a *hiperpotencia*, novo poder “dos de baixo”) torna-se primeiro presente no começo, por sua extrema vulnerabilidade e pobreza; mas, ao final é a força invencível da vida “que quer viver”: Vontade de vida que é mais forte que a morte, que a injustiça e a corrupção.

Além disso, de acordo Gohn (1991) é fundamental a troca de experiências em espaços que abrigam as práticas coletivas, pois, assim, as informações são socializadas, as identidades constituídas, os conhecimentos dos resultados obtidos por outros grupos absorvidos e as memórias de experiências passadas reavivadas. A identidade é construída historicamente, por meio de um processo de lutas, a autora assinala que este processo e a maneira como é construído pode estar correlacionada aos fatores externos ao movimento, como a experiência de outros grupos (GOHN, 1991).

Essa busca por soluções e experiências que sejam alternativas às condições que estão impostas pode ser um caminho para a práxis emancipatória. Para Dussel (2007), para que a práxis seja emancipatória, é preciso que exista um consenso recíproco que eduque para que os sujeitos sejam os atores, gerando uma solidez da união das vontades e não que seja realizada por sujeitos isolados ou a reboque de um líder. De acordo com Freire (2005, p.100)

a importância do papel de um líder revolucionário não lhe dá o direito de comandar as massas populares, cegamente, para a sua libertação. Se assim fosse, esta liderança repetiria o messianismo salvador das elites dominadoras, ainda que, estivessem tentando a “salvação” das massas populares. (FREIRE, 2005, p.100)

Com o intuito de ir de encontro à visão de mundo do mercado, surgem as práticas de resistências, que buscam outra forma de se pensar as organizações que não exclusivamente sob a ótica empresarial. As práticas de resistência têm sido apresentadas de diversas maneiras dentro da Academia, já que existem variadas formas de diferentes escolas para se pensar este fenômeno (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

Em relação à conceituação de resistência, o trabalho realizado por Hollander e Einwohner (2004) mostra claramente que os estudiosos têm reconhecido este termo em uma enorme diversidade de comportamentos e configurações. Sendo, talvez, o modo mais comumente estudado o de resistência material ou física. Porém, além desta forma, existem autores que têm descrito a resistência que é realizada por meio da conversa e de outros comportamentos simbólicos. Como, por exemplo, quando as mulheres havaianas dançaram e publicaram nos jornais histórias tradicionais, em sua língua nativa, como forma de resistir à anexação Havaiana (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

Apesar de possuir diversas significações, todas apresentam um ponto em comum: a ideia de que há algo a ser impedido, contido, resistido, ou seja, há uma reação para uma ação anterior (VIEIRA; DARBILLY; BARROS, 2012). Para Misoczky, Flores e Böhm (2008) o termo resistência não se refere somente a uma lógica puramente de oposição, mas abarca a defesa de saberes, posições, pontos de vista, bem como as realizações e a potencialidade criadora que daí decorre.

Hollander e Einwohner (2004) apontaram quatro elementos constantemente presentes nos estudos sobre resistência, a saber: ação, oposição, reconhecimento, intenção. Os dois primeiros estavam presentes em grande parte dos estudos analisados. Isso porque se percebeu que a resistência é um comportamento ativo, seja ele verbal, cognitivo ou físico (ação), que costuma ir contrário a algo (oposição) (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Em relação ao reconhecimento, que envolve a visibilidade dessas ações, existem os grupos de resistentes que preferem manipular seu comportamento para desencorajar o reconhecimento, às vezes, por necessidade, ou seja, algumas formas de resistência são, propositalmente, ocultas, as quais os resistentes podem tentar esconder o ato em si ou a intenção que há por trás, enquanto outras buscam ser reconhecidas (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Com relação à intenção, os teóricos a abordam de três diferentes maneiras: alguns sugerem que a intenção consciente do ator é fundamental para classificar um comportamento como resistência; outros grupos de autores argumentam que avaliar a intenção é praticamente impossível, pois o analista deveria ter acesso aos estados internos do ator, os quais podem não ser tão disponíveis e mesmo utilizando-se de métodos para isso, pode acontecer de os atores não conseguirem articular completamente suas motivações para a compreensão do entrevistador ou até mesmo podem mentir sobre suas motivações; e, existe um terceiro grupo de escritores que sugere que as intenções dos atores não são centrais para que se entenda algo como resistência, pois o ator talvez nem esteja consciente de sua ação como resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

4 METODOLOGIA

Para essa pesquisa, de natureza qualitativa, foram coletados dados de fontes secundárias, envolvendo notícias veiculadas na internet e o Plano Popular da Vila Autódromo. As notícias foram filtradas, primeiramente, pela separação das reportagens que envolviam a Associação de Moradores da Vila Autódromo no contexto das remoções dentro do lapso temporal de 2007 a 2016. Isso porque este estudo enfatiza as possibilidades de remoção iniciadas a partir da preparação para os Grandes Eventos na cidade do Rio de Janeiro, sendo o primeiro o pan-americano de 2007. Além dos dados secundários, foi realizada a entrevista em profundidade com a ex-diretora social da Associação de Moradores.

Durante os anos de 2016 e 2017, a pesquisadora participou de eventos envolvendo a comunidade Vila Autódromo, assim como fez parte de dois grupos de Whats App e acompanhou duas comunidades do Facebook, mas não foi feita a análise estruturada dessas observações. Porém, foram fundamentais para que a pesquisadora reconhecesse os dois membros que estavam à frente da Associação de Moradores no período das remoções, a saber, o presidente e a diretora social. Sendo a última, a entrevistada desse trabalho. Dessa forma, essas observações foram importantes para ampliar as fontes de compreensão acerca da investigação.

A análise desse material foi feita por meio da análise de conteúdo a partir das seguintes categorias: oposição, ação, reconhecimento e intenção (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004);

consenso (DUSSEL, 2007); poder do povo (DUSSEL, 2007); e espaço para a aprendizagem (MISOCZKY, 2010).

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Associação de Moradores da Vila Autódromo enquanto organização de resistência às remoções na comunidade

Conforme disposto de forma sintética na introdução, a cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações sócio-espaciais ao longo dos anos. Especificamente, desde a escolha do Rio de Janeiro para a realização dos jogos Pan-Americanos de 2007, a cidade tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, ampliando-se o processo de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996). Esse processo envolve a implementação de uma política mercadológica no município, tornando-o palco de grandes investimentos públicos e privados. Investimentos esses que possuem como intuito tornar a cidade mais atrativa para o desenvolvimento capitalista, sendo o governo responsável por agilizar os interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1996).

Dessa forma, com a preparação da cidade para os Grandes Eventos, a questão das remoções tornou-se ainda mais presente, principalmente nas regiões da Baixada de Jacarepaguá, onde se localizam os bairros da Barra da Tijuca e Recreio. O que se viu foi a repetição do que ocorreu ao longo da história da cidade, a saber, a retirada das camadas mais pobres para dar lugar aos detentores de capital capazes de desfrutar economicamente do embelezamento do Rio de Janeiro (GOMES, 2007; BRUM, 2013; ABREU, 2013; JUSTINO, 2016).

A história do ex-presidente da Associação de Moradores da comunidade Vila Autódromo exemplifica essa situação. Em entrevista à Barros (2013) da Agência Pública ele afirmou ter passado pela terceira remoção de sua vida, sendo a primeira no período da Ditadura Militar. O ex-presidente revelou ter sido umas das vítimas do embelezamento que o governador Carlos Lacerda queria fazer na cidade. É importante destacar que a instauração da Ditadura Militar, em abril de 1964, agravou a intenção de eliminar em definitivo as favelas do cenário urbano (BRUM, 2013). E, nesse período não havia a possibilidade de discutir questões como a remoção em espaços públicos participativos, pois os canais democráticos estavam fechados, e, as associações de moradores e a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) estavam sofrendo forte controle e repressão.

Em 1987, logo após a reabertura dos canais democráticos, a Vila Autódromo se organizou enquanto comunidade formal por meio da criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA). A Associação era regularmente constituída, com estatuto, sede própria e ampla representatividade. A partir da organização da comunidade com a criação da AMPAVA houve melhorias na infraestrutura da comunidade como: luz elétrica, água encanada, fossas sépticas e sumidouros, telefone, registro na Marinha e no Ibama para os então pescadores profissionais remanescentes, igrejas etc (AMPAVA, 2013). A ex-diretora social confirma todas essas conquistas adquiridas pela comunidade e complementa dizendo que :

[A Associação] funcionava dessa forma, indo atrás de buscar os direitos da legalização daqueles lotes [além disso] foi criado um mapa dessa comunidade [...] as ruas só foram registradas mesmo no mapa da cidade a partir de 2007 por aí, 2008, foi quando nós fizemos uma comunicação pedindo que as ruas da comunidade passassem a ser registradas no mapa físico da cidade. (Ex- Diretora Social)

Por meio do Plano Popular da Vila Autódromo, constatou-se que o histórico de pressões com ameaças verbais, veiculação de notícias na mídia, marcações feitas nas residências e ações judiciais que se inicia em 1992, depois ressurgem com a preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e é agravado com a escolha do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, deu a Associação de Moradores uma importância ainda maior na organização da comunidade (AMPAVA, 2012). De acordo com a ex-diretora social: “principalmente, a partir de outubro de 2009 quando o Rio de Janeiro ganhou os Jogos, a Associação teve que começar a correr muito na luta [...] a Associação começou a buscar apoio das outras comunidades que nós descobrimos que também estavam ameaçadas de remoção [...]”. Essa forma de aproximação foi um dos fatores que levou que a luta da Vila Autódromo começasse a ser reconhecida por essas outras comunidades. Segundo Gohn (1991), a troca de experiências nos espaços de práticas coletivas é importante para que as informações sejam socializadas e que os resultados obtidos por uns sejam absorvidos pelos demais grupos.

O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), elaborado para e pela comunidade Vila Autódromo, plano esse que tornou a luta da comunidade reconhecida no mundo todo com a conquista do prêmio Urban Age Award – mais importante prêmio internacional que homenageia iniciativas criativas para as cidades- tornou-se um forte exemplo de resultado obtido por meio da organização da Associação de Moradores. O plano foi elaborado pela AMPAVA em parceria com pesquisadores de duas universidades do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os objetivos e princípios, o PPVA aponta que a luta não é restrita a comunidade, demonstrando que a solidariedade deve ser partilhada externamente também. De acordo com o PPVA: “O PPVA é parte da luta de todas as comunidades da cidade do Rio de Janeiro, do Estado e do país contra a violação do direito à moradia e pelo respeito dos direitos humanos pelos projetos voltados para a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos 2016.” O PPVA demonstra também o interesse de que a luta da comunidade fosse “reconhecida” (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004) por outros grupos: “O PPVA e a comunidade da Vila Autódromo estão abertos à colaboração de outros setores da sociedade e outros movimentos, nacionais e internacionais, que lutam contra as remoções, pelo direito à moradia e à cidade.”

A própria filiação da Associação de Moradores à Faferj (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) demonstra o interesse do compartilhamento de informações e de criação de identidade para a organização (GOHN, 1991), conseqüentemente, ampliando o reconhecimento da luta. Em entrevista à Jamile Chequer, uma das ex-moradoras percebida por meio dos dados primários como membro com forte presença na Associação, afirmou: “A gente sempre participou mais intensamente da Faferj porque nosso perfil era mais de favela.” (MENDES, 2007). A escolha por filiar-se a uma Federação de Favelas dá os sinais para as formas que a identidade da Associação iria tomar. O ex-presidente, de forma implícita, demonstra a importância da construção de uma identidade entre aqueles que estão em desvantagem na lógica capitalista (DUSSEL, 2007). Além disso, traz à tona que a luta de classes continua existindo sob diferentes formas e em estágio e intensidade variável (CUNHA; FERRAZ, 2015)

Precisa ser levada em conta a história, o vínculo, a comoção que isso faz as famílias dessas comunidades, eu digo isso porque eu passei isso quando criança. Quando aos 14 anos fui removido da zona sul pra cidade de deus, e, outros pra cordovil e a gente se afasta uns dos outros [...] o pobre só serve pra trabalhar, pra pagar impostos, e na hora de morar ele tem que sair do habitat dele. isso é que não dá pra entender, nós somos também , nós somos eleitores também, votamos nesses caras também, porque que a gente tem que ser sempre jogado pra escanteio [...] (ANTUNES, 2015) .

Uma das ex-moradores que estava à frente da Associação enfatiza que a questão da exploração do trabalho ainda está diretamente relacionada com as desigualdades produzidas na sociedade capitalista, conforme defendido por Cunha e Ferraz (2015). De acordo com ela, em entrevista à Chequer:

Somos ensinados pela sociedade, na escola, na família, na Igreja, que vamos crescer, trabalhar, comprar nossa casa e ter nossa família. Só que não conseguimos realizar esse ideal. Crescemos, mal conseguimos trabalhar ou trabalhamos feito condenados, como no meu caso e de minha família. E a gente não conseguiu comprar a casa [...] eu ficava imaginando, com aquele salário, como eu iria pagar uma prestação [...] (MENDES, 2007)

Outro morador, em entrevista à Zirin (2012), ao ser informado sobre a possibilidade de ter a sua casa demolida, evidencia essa questão:

Estamos lutando pelo nosso direito de sobreviver aqui. Nosso direito de viver. Sabe quantos anos eu trabalhei para construir esta casa? Eu fiz isso para meus filhos e para os meus netos para que pudéssemos ter um lugar para viver e ser uma família, para que em dias como hoje todos nós pudéssemos ter espaço para estarmos juntos[...]

De acordo com a ex-diretora social, a Associação tem um papel fundamental na conscientização de que a exploração do trabalho afeta diretamente outros âmbitos da vida dos indivíduos, podendo aliená-los acerca de seu potencial decisório. Dessa forma, a Associação aparece como um espaço de aprendizagem em que os indivíduos por meio dela passam a se sentir capazes para transformar a realidade. Segundo a ex-diretora social:

Tem coisa bem simples que parece insignificante, mas que fez muito sentido na Associação porque dentro de uma comunidade a maioria das pessoas não se permite ter o conhecimento de que tem direitos a ser buscados, eles pensam que é só levantar, tomar café da manhã, que, às vezes, nem tem pra tomar, ir pra rua trabalhar pra receber, pra pagar as contas, pra botar o que comer dentro de casa e cuidar dos filhos, então elas não se ligam nada nessa coisa de papel de associação [...]E [a Associação] é um espaço aberto pra representar aquele local, tirando a oportunidade de ficar ali tudo abandonado e ser mais fácil chegar [encarregados da Prefeitura para realizar as demolições] de surpresa

Por meio das falas, é possível inferir que as percepções acerca do pertencimento a uma mesma classe facilitou a construção de uma identidade para a Associação. Segundo Gohn (1991), a identidade é algo construído historicamente, por meio de um processo de lutas. Sendo assim, a autora assinala que este processo e a maneira como é construído pode estar relacionada aos fatores externos ao movimento, como a experiência. Daí a correlação com a importância dessa troca com outras comunidades que estavam passando pelo mesmo processo de remoção e que, paralelamente, possibilitou o reconhecimento da luta da Vila Autódromo por essas comunidades.

Além dos membros de outras comunidades, universitários, ativistas de movimentos sociais e a mídia alternativa – sendo esses três últimos constantemente agrupados pelos moradores com o nome de apoiadores – estiveram presentes de forma constante na luta da comunidade, conforme percebido por meio das análises dos dados secundários e primário. A ex-diretora social enfatiza o apoio que a comunidade recebeu de diversos segmentos, segundo ela: “a

mídia alternativa, ela vestiu a camisa nossa, ela caiu na luta como se fosse morador...a Vila Autódromo teve apoio até de..foi tanta gente...tanta gente assim [...].”

Na manhã do dia 24 de fevereiro, por exemplo, cerca de 13 moradores e, aproximadamente 30 apoiadores, fizeram uma vigília à luz de velas na parte externa da Associação devido à incerteza da demolição do prédio por parte da Prefeitura da cidade. Durante essa vigília, alguns moradores ficaram na frente da Associação com suas bocas amordaçadas e segurando faixas que pediam o legado social dos Jogos Olímpicos. Neste dia, uma das moradoras gritou: “a Associação não é só uma parede! E vai continuar a organizar a luta contra as remoções.” (TALBOT; ROBERTSON, 2016). Moradores e apoiadores, muitos com lágrimas nos olhos, juntaram as mãos em um grande círculo e começaram a gritar: “Olim...piada olim...piada [...] Urbaniza já, a Vila vai ficar” (TALBOT; ROBERTSON, 2016). Neste mesmo dia, a ex-diretora social afirmou: “Vou continuar lutando. A minha casa caiu, mas a minha luta não caiu” (TALBOT; ROBERTSON, 2016). O ex-presidente da Associação de Moradores demonstrou que a demolição de um prédio teria pouco impacto na determinação da comunidade em continuar resistindo à remoção: “Vamos continuar a lutar...vamos lutar até a última casa”. Além disso, o termo “Associação de Moradores” foi escrito na fachada da casa de uma moradora imediatamente após a demolição da Associação, como forma de demonstrar que a derrubada do prédio não finalizaria a luta da Associação. O que se percebe é que a Associação, por meio do coletivo capaz de produzir o consenso, não era apenas uma forma coisificada, mas sim um meio para a emancipação. Dessa forma, a Associação é um exemplo de que o poder do povo, apesar de inicialmente frágil, é ao final “uma força invencível da vida que quer viver” (DUSSEL, 2007, p.116).

A demonstração de força da Associação é bastante reconhecida na construção do Museu das Remoções da Vila Autódromo em 2016. O Museu surgiu da justificativa de apoiadores e moradores registrarem as práticas sociais da comunidade Vila Autódromo e comunicar a realidade da comunidade antes das remoções. A construção das esculturas do museu se deu por apoiadores, moradores, ex-moradores, moradores de comunidades próximas à Vila e alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera do Rio de Janeiro. E, dentre as esculturas, está a Associação de Moradores. No dia da inauguração do Museu, em entrevista a Mackay, uma moradora reforçou a intenção da luta:

Conversamos muito no momento em que eles estavam destruindo o prédio [da Associação], dizíamos que a Associação de Moradores iria continuar [...] A Associação é muito mais do que um prédio, é muito além disso. Ela é a organização dos moradores. Quando vemos moradores organizados, unidos, tendo discussões, lutando juntos, sabemos que a Associação de Moradores ainda está viva. (MARIA, 2016)

Ademais, outras informações constatadas por meio dos dados secundários reforçaram que a intenção do grupo tido como apoiadores era a mesma da Associação, o que ampliaria o âmbito do consenso. No dia da derrubada do prédio da Associação, por exemplo, uma moradora frisou: “Agradeço muito, a cada um de vocês. O apoio de vocês é fundamental” (TALBOT; ROBERTSON, 2016). Neste mesmo dia, outros moradores pedem que a maior quantidade possível de apoiadores se juntem a eles na comunidade para prestar solidariedade (TALBOT; ROBERTSON, 2016). Em outro momento, em entrevista a Zirin (2012) um dos moradores ao ser questionado sobre o que a mídia poderia fazer para ajudá-los, afirma: “Apenas façam com que as pessoas saibam que estamos aqui... e que não queremos sair”. Assim como quando membros do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense) apoiaram os moradores na construção do PPVA. Porém, os dados primários, obtidos por meio da entrevista à ex-diretora social colocam em xeque o fato de existir uma única intenção desses grupos externos. De acordo com a ex-diretora social:

nem todo mundo tava ali querendo apoiar porque era bonzinho, tava ali porque tinha um retorno também...entendeu?! Porque se deu tantos livros [...] tem um montão, mas assim...é um mestrado [...] são vários os motivos porque as pessoas foram pra lá, mas eu ouvia muito uma coisa assim...não perca seu tempo porque essas pessoas estão se aproveitando pra tirar proveito, mas eu também falava muito assim, eu perco meu tempo porque enquanto elas podem se apoderar pra tirar proveito, elas estão divulgando a nossa existência e a violência que estão fazendo conosco e isso vai chamar a atenção do mundo [...]

Apesar das divergências em relação às intenções de grupos externos à Associação, a intenção dessa organização demonstrou estar clara por meio das ações empregadas, e, por meio do consenso quanto ao que era a oposição. O que se percebe é que o fato de ter algo em comum a combater solidificou a luta da organização. A Associação também teve importância na construção do consenso sobre o que era preciso combater, demonstrando que por meio de uma forma organizada a possibilidade de se sair vitorioso seria ampliada. A ação realizada pelo ex-presidente da Associação no dia da demolição da casa de um dos moradores da comunidade aponta essa característica. Em entrevista à Gabriel Brito, ele afirmou:

eu tava em casa trocando o chuveiro, a minha mulher tinha ido comprar pão e se deparou com o toque de ordem na entrada da comunidade e eu fui lá e acompanhei, achei que a coisa tava errada, solicitei a presença da defensoria, eles vieram [...] acompanhei eles até o local da desapropriação, chegando lá, eu levei eles por um caminho onde os carros não podiam passar, né...aí eu cheguei na casa do morador e procurei saber se o morador tinha recebido os valores da indenização, aí ele falou que recebeu uma parte, mas que a outra parte tava retida...aí eu já identifiquei um erro [...]. (ANTUNES, 2015)

A ex-diretora social também demonstra que por meio da Associação de Moradores desenvolveu um processo de conscientização dos moradores envolvidos, o que facilitaria a luta contra as remoções na comunidade. De acordo com ela:

os moradores se empolgavam muito quando eu dizia assim: vocês precisam acreditar no poder que vocês tem porque não adianta uma pessoa ou duas estar aqui na frente pra puxar uma assembleia e pra dizer pra vocês o que vocês têm que fazer porque o q importa é o q vocês querem, e vocês têm que saber impor, colocar o que vocês querem e fazer isso acontecer. Então isso aí fortalecia muito. Quando a gente fala isso pros moradores, porque a maioria tem uma formação na mente de que eles só têm que ir pra esses espaços escutar o que tem pra ser dito e na verdade esses espaços eles não existem pra isso, eles existem pra que as pessoas vão pra lá dizer o que quer que mude e perguntar o que não estão entendendo e elas precisam se sentir no direito de poder participar entendendo [...] porque assim, se eu nunca ajudei a fazer esse biscoito aqui, eu nunca vou dar tanto valor a esse biscoito...eu vou até gostar, vou achar gostoso, mas se eu ajudei a fazer esse biscoito, de repente se eu ajudei a fazer, eu posso até não gostar tanto, mas poxa eu ajudei a fazer, então assim têm fatores que somam com isso aí, então é essa a importância de conscientizar essas pessoas do valor que tem dentro delas

É possível inferir que essas ações foram fundamentais para provocar a existência do consenso recíproco, educando para que os sujeitos fossem atores intencionados em alcançar a união das vontades sem serem comandados de maneira cega por um possível líder (DUSSEL, 2007; FREIRE, 2005). Isso facilitaria a construção de funções heterogêneas diferenciadas para os diferentes atores envolvidos (DUSSEL, 2007). Além disso, essas falas dos dois membros que estavam à frente da Associação são de fundamental importância para a compreensão da busca pelo consenso por meio da conscientização de todos os envolvidos, o que possibilitaria que esses “líderes” representassem a comunidade como um todo nos diferentes espaços que estivessem presentes.

A importância dessa constatação envolve o fato de o reconhecimento da luta não ter se dado somente por meio dos espaços envolvendo a comunidade ou outras comunidades que estivessem passando pelo processo de remoção. Por meio dos dados secundários, foram constatadas inúmeras participações da comunidade em diferentes eventos envolvendo a questão das remoções, assim como em audiências e debates públicos acerca dessa temática. De acordo com a ex-diretora social:

fizemos enfrentamento dentro dos espaços das Câmara de Vereadores, Câmara de Deputados, reivindicando que fossem feitas audiências em que a gente pudesse colocar o nosso conhecimento sobre o que a gente sabia que era o nosso direito e não tava sendo cumprido, participar de reuniões dentro da defensoria pública pedindo para que se fizesse cumprir aquilo que a defensoria pública tinha que cumprir e não estava cumprindo [...] a gente ia pra frente dos fóruns quando tinha alguma coisa que tava pressionando demais, ia pra frente da defensoria pública, juntava pessoas, convidava outras comunidades que estavam passando por apertos, aí a gente fazia nossos atos, a gente solicitava o espaço da Igreja pra reunir todas as comunidades dentro desse espaço [...] (ex-diretora social da Associação de Moradores)

Os dados secundários apresentaram que muitos eventos, como Assembleias que continham muitos participantes e, principalmente, após a derrubada do prédio da Associação, ocorriam na Igreja Católica. Além disso, uma das moradoras morou por um período dentro dessa Igreja após sua casa ter sido demolida. Entretanto, a ex-diretora afirmou que a utilização desse espaço físico para eventos envolvendo a Associação não tinha relação com religiosidade. Ela frisou: “eu não me envolvia muito religiosamente em igreja nenhuma [...] porque eu acho que uma pessoa que lida com o público, ela tem que tá naquele objetivo do que tá pra ser realizado, do que é de fato o motivo porque que ela tá ali e não misturar as coisas.”. Pois, para a ex-diretora, o rótulo religioso pode aproximar, mas, ao mesmo tempo, pode afastar as pessoas.

Desde a construção do Estatuto da Associação, percebeu-se a preocupação de que prevalecesse o objetivo do coletivo e não de indivíduos isolados. De acordo com uma ex-moradora, em entrevista à Chequer (2007): “A Associação era a última palavra em organização, o nosso estatuto foi inspirado na forma de organização das comunidades de Cuba, seguindo uma prática socialista. Muita gente da comunidade discutiu e participou.” A ex-diretora social reforça a ampla participação dos moradores nas decisões da Associação, enfatizando que, principalmente, no período das ameaças de remoções, houve muitas Assembleias para que fossem pensadas ações contrárias às remoções. Além disso, os dados secundários indicam também que alguns moradores que já haviam tido sua casa demolida continuaram participando da

luta da comunidade por meio da presença nos eventos, o que transparece haver um propósito maior que o interesse individual. Essas características demonstram a importância de que o consenso seja produzido no coletivo, conforme defendido por Misoczky (2010).

Hoje, há na Vila Autódromo vinte casas que foram construídas pela Prefeitura do Rio de Janeiro após a derrubada das casas originais dos moradores que permaneceram. Dessa forma, infere-se então que nem todos permaneceram na comunidade, já que existiam mais de 600 casas. Porém, o amplo reconhecimento externo e interno das ações de resistência elaboradas pela Associação de Moradores foi fundamental para que existissem negociações entre os moradores da comunidade e o a Prefeitura acerca do destino dos primeiros. Isso porque como visto, a Associação teve importância na construção da conscientização acerca do potencial decisório que o indivíduo é capaz de ter.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender como a Associação de Moradores da Vila Autódromo atuou enquanto organização de resistência às remoções na comunidade. Para tanto, partiu-se do pressuposto que organização não é sinônimo de empresa, defendendo que o conceito é mais amplo que a coordenação racional de atividades de um grupo de pessoas que perseguem objetivos formais, assim, organizações podem ser meios para a emancipação, nas quais por intermédio da cooperação, busca-se o consenso. Procurou-se por meio da Associação de Moradores da comunidade Vila Autódromo expor essa outra possibilidade de organização, que vai de encontro às teorias tradicionais da Administração. Para tanto, foi adotada neste estudo a perspectiva macro de resistência, já que, concorda-se que o lugar da resistência é no processo coletivo de luta, indo além dos interesses individuais.

Dessa forma, acredita-se que a tematização do Marxismo associado aos Estudos Organizacionais é de suma importância para a compreensão das problemáticas que envolvem a sociedade atual, tendo em vista que, constantemente, o campo disciplinar da Administração busca naturalizar os discursos ideológicos dominantes a tal ponto que sejam aceitos sem questionamentos. A Associação de Moradores da Vila Autódromo demonstrou ser uma organização que tenta resistir aos discursos que legitimam a lógica do capitalismo neoliberal por meio de ações que façam com que a potência dos moradores seja reconhecida por diferentes grupos e, principalmente, por eles mesmos.

Dentre os elementos de resistência identificados na Associação, que podem ser percebidos em outras organizações que atuem como potencial meio para a emancipação, estão: as ações que foram desenvolvidas em coletivo, a oposição às estratégias remocionistas respaldadas pelas políticas de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996), o reconhecimento da luta por meio das ações empregadas e a intenção de que a luta fosse visível e percebida por diferentes grupos. Além disso, constatou-se a importância do consenso nas decisões da Associação, que atuou como um espaço de aprendizagem e de poder do povo. Isso porque, conforme apresentado, apesar da demolição da estrutura física da Associação, a luta engendrada pela mesma permanece como protagonista na história de resistência não só da comunidade, mas como exemplo para a construção de outras práticas que visem à emancipação.

Essa pesquisa não esgota as possibilidades de estudos que busquem aprofundar a compreensão das organizações de resistência que se opõem aos discursos que legitimam a lógica do capitalismo neoliberal. Sabe-se que ainda dentro da organização supracitada há muito

conhecimento para ser absorvido por meio de entrevistas com outros moradores, bem como a análise de atas e materiais desenvolvidos pela Associação. Contudo, espera-se que os apontamentos aqui dispostos possam fomentar novas análises que envolvam a mobilização coletiva, tendo em vista que se acredita que a práxis da libertação seja a própria construção da luta.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. From Global Management to Glocal Management: Latin American Perspectives as a Counter-Dominant Management Epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences*. v. 28, n.4, p. 453-466, 2011.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284, 2012.

ANTUNES, A. Central Autônoma #61 – Altair Antunes. [16 de jun de 2015]. *Central 3*. Entrevista concedida a Gabriel Brito. Disponível em: <http://www.central3.com.br/central-autonoma-61-altair-antunes/>. Acesso em 06 de mai de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). Plano Popular da Vila autódromo. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, 2012. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso em: 05 de jun de 2017.

BARROS, C. Altair enfrenta a terceira remoção da vida pelas Olimpíadas. *Agência Pública*, 21 de jun de 2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/altair-enfrenta-terceira-remocao-da-vida-pelas-olimpiadas/>. Acesso em: 05 de mai de 2017.

BETIM, F. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. *El País*, Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em: 20 nov. 2016.

CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). In: *Handbook de estudos organizacionais*, v.1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Rio Olimpíadas 2016: os jogos da exclusão*. Rio de Janeiro, 10 de dez de 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf. Acesso em: 12 de nov de 2016.

- CUNHA, E. P.; FERRAZ, D. L. Marxismo, Estudos Organizacionais e a luta contra o irracionalismo. *Organizações & Sociedade*, v. 22, n. 73, p. 193-198, 2015.
- DUSSEL, E. *20 Teses de Política*. Tradução de Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- FREIRE, L. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, v. 16, n. 29, p. 101, 2013.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.
- GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.
- GOHN, M. *Movimentos Sociais e Luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GUERREIRO RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.
- HOLLANDER, J. A.; EINWOHNER, R. L. Conceptualizing resistance. *Sociological forum*, 2004. p. 533-554.
- JUSTINO, D. As remoções no início da Gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, A.; COCCO, G. (orgs.). *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- KOPELKE, A. L.; BOEIRA, S. L. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 1, 2016.
- MARIA, S. Vila Autódromo Inaugura Museu das Remoções [25 de maio de 2016]. *Rio on Watch*. Entrevista concedida a Rhona Mackay. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=19942>. Acesso em: 07 de mai de 2017.
- MENDES, I. Entrevista: Inalva Mendes. [jun de 2007]. *Democracia Viva*, nº 35., Entrevista concedida a Jamile Chequer. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan1_entrevista.pdf. Acesso em: 07 de mai de 2017.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 45, 2008.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos. *Cadernos Ebape. br*, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2008.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerencias de organizar à organização para a praxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (orgs.). *Organização e praxis Libertadora*. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

PAULA, A. P. P. de. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 3, p. 77-81, 2001.

REED, M. Teorização Organizacional: Um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). *Handbook de estudos organizacionais*, v.1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

SOLÉ, A. L'entreprise: une invention Latine? In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9. *Anais...* Salvador, 2003.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. *Organization studies*, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, 2007.

SULLIVAN, S.; SPICER, A.; BÖHM, S. Becoming global (un) civil society: counter-hegemonic struggle and the Indymedia network. *Globalizations*, v. 8, n. 5, p. 703-717, 2011.

TALBOT, A.; ROBERTSON, C. Vila Autódromo! Associação de Moradores e Casa de Heloisa Helena Foram Demolidos Ontem. *Rio on Watch*, Rio de Janeiro, 25 de fev. de 2016. Disponível em: <http://rionwatch.org.br/?p=18463>. Acesso em: 07 de mai de 2017.

TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração?* Ensaios de Teoria Organizacional. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2016.

TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo : Moraes, 1980.

VIEIRA, M. M. F.; DARBILLY, L. V. C.; BARROS, D. F. O Fenômeno da Empresarização e a Busca por Alternativas na Produção, Comercialização e Distribuição da Música no Brasil como Formas de Resistência. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 61, 2012.

WOLIN, S. *Politics and vision*. Expanded Edition. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

ZIRIN, D. Carta do Rio: Salvem a Casa de Armando dos Jogos Olímpicos. *Rio on Watch*, Rio de Janeiro, 19 de set de 2012. Disponível em <http://rionwatch.org.br/?p=3676>. Acesso em 04 de mai de 2017.